



POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SEUS EFEITOS NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

Alexandre Ramos de Ohara ¹
Eder Damião Goes Kukel ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do impacto e das implicações do programa Bolsa Família no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Metodologicamente foram utilizadas uso de arquivos da Assistência Social, Secretária de Educação e Secretaria de Saúde do município de Ladário-MS, além de pesquisas em sites como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e IDH - PNUD Brasil, dentre outras instituições que fazem parte dessa problemática. Como resultado observou-se que o IDHM de Ladário é impactado pelo Programa Bolsa Família, pelo seu nível de abrangência que chega a 20,53% da população local, e no cumprimento das condicionantes por parte dos beneficiários acaba por influenciar em índices como longevidade, educação e saúde.

Palavras-chave: Bolsa Família, Ladário, Políticas Públicas, IDHM

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo realizar un análisis del impacto y de las implicaciones del programa “Bolsa Familia” en el Índice de Desarrollo Humano Municipal (IDHM). Metodológicamente se ha hecho uso de archivos de la Asistencia Social, Secretaría de Educación y Secretaría de Salud del municipio de Ladário-MS, además de investigaciones realizadas en sitios, tales como, IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística), e IDH - PNUD Brasil, entre otras instituciones que hacen parte de esa problemática. Como resultado se observó que el IDHM de Ladário es impactado por el Programa “Bolsa Familia”, debido a su nivel de cobertura, el cual llega a 20,53% de la población local, y en el cumplimiento de las condicionantes por parte de los beneficiarios acaba por influir en índices como la longevidad, la educación y la salud.

Palabras clave: “Bolsa Familia”, Ladário, Políticas Públicas, IDHM

¹ Graduado em Zootecnia pela Universidade Católica Dom Bosco, com Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco e Doutorando em Desenvolvimento Local na Universidade Católica Dom Bosco – MS, oharaprojeto@hotmail.com;

² Doutorando em Geografia pela da UFGD, kukelgeografia@gmail.com



INTRODUÇÃO

As políticas públicas de transferência de renda representam uma garantia dos direitos humanos de acesso a alimentação e combate à fome. Sua importância se torna maior ainda quando analisamos municípios de fronteira que apresentam grande vulnerabilidade para a população residente. Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto do programa Bolsa família no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Pois tal índice considera fatores como uma vida longa, acesso ao conhecimento e o padrão de vida de uma população, medindo assim, o progresso de um município a partir de três dimensões: renda, saúde e educação.

O Programa Bolsa Família (PBF), foi criado pelo Governo Federal do Brasil por meio da lei número 10.386 de 9 de janeiro de 2004. Como o próprio texto legislativo informa, trata-se de um programa “destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades” (BRASIL, 2004). O qual resulta da junção de uma série de programas e ações governamentais.

Assim, dentre os programas pode-se citar: PNAA – (Programa Nacional de Acesso à Alimentação) e o Programa Auxílio Gás, como também aqueles ligados ao Programa Nacional de Renda Mínima, que sejam os Programas Bolsa Alimentação e o Bolsa Escola, este vinculado à educação e aquele à saúde, todavia ambos relacionados com o formulário do Cadastro Único. E adicionado em tal conjunto, Soares, Ribas e Soares (2009, p. 7) acrescentam que o programa de “Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), também de transferência de renda condicionada, foi integrado ao PBF somente a partir de dezembro de 2005”.

No ano de 2003, por meio da lei 10.689, foi instituído o PNAA que esteve “vinculado às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional”, sendo estes dois últimos termos definidos como “a garantia da pessoa humana ao acesso à alimentação todos os dias, em quantidade suficiente e com a qualidade necessária” (BRASIL, 2003).

Silva (2007), admite a importância do Programa Bolsa Família na melhoria dos rendimentos das famílias, que poderia se tornar um regulador da pobreza determinada pelas próprias condicionantes do programa. Avalia que este deveria redistribuir a renda entre a população brasileira. Já Soares, Ribas e Osório (2007) mostram dados que entre



os anos de 1995 e 2004, a desigualdade de renda brasileira, medida pelo Índice de Gini³ caiu cinco pontos e atribuíram 21% desta queda às transferências da Bolsa Família.

As evidências sugerem que o PBF não retira as famílias da pobreza, porém através de suas condicionalidades, para quem vive sobre pobreza extrema, estas transferências representam a maior parte da renda das famílias e garante acesso à educação e saúde.

Os resultados do acompanhamento de educação e de saúde pelo poder público podem contribuir para o planejamento, a gestão e a prestação dos serviços socioassistenciais aos beneficiários do Bolsa Família. O acompanhamento familiar é um dos serviços oferecidos pela rede da assistência social que garantem o cumprimento das condicionalidades aceitas pelas famílias no momento em que se cadastram e começam a receber o rendimento, caso haja descumprimento dessas obrigações o benefício será suspenso.

METODOLOGIA

Como metodologia foram feitos levantamento de dados com fontes primárias, fazendo uso de arquivos da Assistência Social, Secretária de Educação e Secretária de Saúde do município de Ladário-MS, além de sites como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e IDH - PNUD Brasil, dentre outras instituições que fazem parte dessa problemática.

Como fonte secundária foram utilizados dados e relatórios do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) sobre a abrangência do programa Bolsa Família e os índices de realizações das contrapartidas por parte dos beneficiados. Além de se analisar a evolução da relação de famílias que pegam esse benefício com o total de famílias desse município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE LADÁRIO-MS

³ Índice Gini (ou coeficiente de Gini) é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

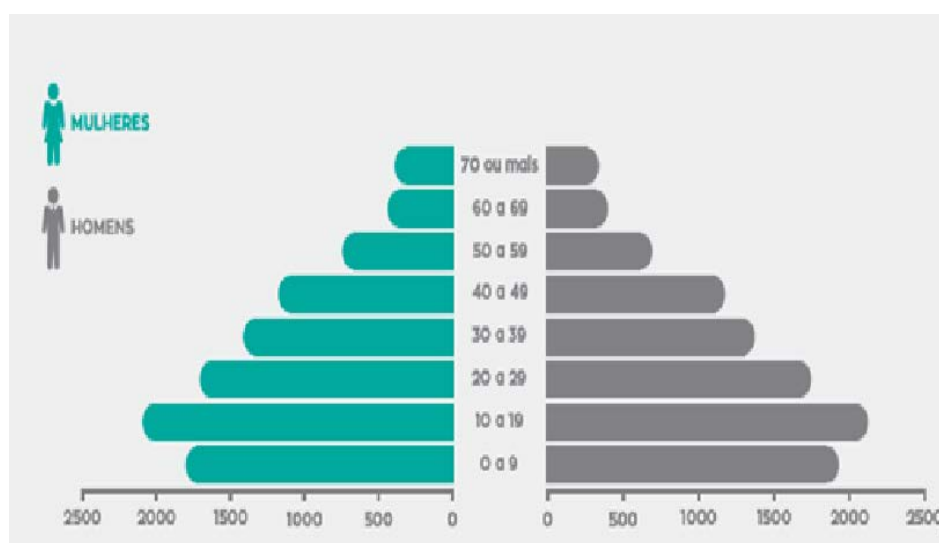


O município de Ladário está situado na região do Pantanal do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede localizada a 348 km da capital, sendo um território inserido no município de Corumbá. O centro da sede de Ladário localiza-se a apenas 6 quilômetros do centro da sede do município de Corumbá, sendo banhado pelo rio Paraguai (IBGE, 2010).

A cidade possui um porto fluvial que presta serviços tanto para Ladário como o para Corumbá-MS além do país vizinho Bolívia. Os principais produtos que saem por esse porto são o minério de ferro e grãos como a soja vinda da Bolívia. Já os principais produtos que chegam pelo porto de Ladário, são o trigo, óleo vegetal, açúcar além de outros produtos cujo o destino é o país vizinho, a Bolívia.

Quanto a população de acordo com o IBGE (2010), o município tinha em 2015, um total de 21.860 habitantes com uma projeção para 2019 de 23.331 habitantes. A população do município cresceu 43% entre 2000 e 2015 a ritmo mais rápido que a média do estado do Mato Grosso do Sul (26%).

Figura 1 – Pirâmide etária do município de Ladário-MS



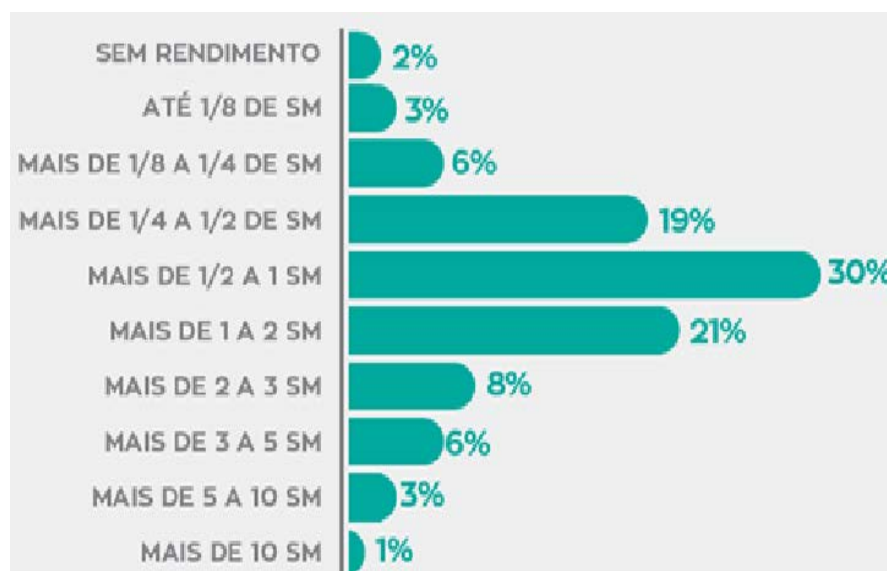
Fonte: Censo 2010, IBGE.

A estrutura etária da população ladarense pode ser dividida em três grandes grupos etários de acordo com o IBGE 2010: os jovens de 0 a 14 anos que representam (31%), adultos de 15 a 60 anos que representam (61%) e idosos, acima de 60 anos (8%). A grande maioria dos moradores está na faixa adulta composta por 50% de homens e 50% de mulheres. Aproximadamente 91% das pessoas com mais de 5 anos são alfabetizadas (IBGE, 2010).



Já em relação a distribuição dos domicílios por renda per capita, em sua maioria recebem de 1/4 a dois salários mínimos, com destaque a marinha do Brasil que se localiza em seu centro, que acabam por ocupar parte dessas moradias da área central além de demais bairros próximo ao centro da cidade como apontada na figura 2. Em 2017 o salário médio era de 3,8 salários-mínimo, com uma população ocupada de 12%, média essa menor que a estadual que é de 33%, onde podemos analisar no âmbito do estado do Mato Grosso Sul que os municípios do interior apresentam uma taxa de ocupação menor que a capital ou mesmo quando comparamos a cidades médias como Dourados ou Três Lagoas.

Figura 2 – Distribuição dos domicílios por rendimento per capita 2010, Ladário-MS.



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Quanto ao produto interno bruto (PIB), em 2012 somava 172.822.000,00 reais com destaque para o comércio e serviços que representa mais de 70% da composição do PIB, sendo seguido pela indústria com aproximadamente 12%. A População economicamente ativa estava próxima a 8 mil pessoas, sendo aproximadamente de 50% da população local, sendo inferior à média do estado que é de 61%. Com destaque para o setor que mais emprega em Ladário, ao serviço militar como a Marinha do Brasil e o setor público, além da correlação com o município vizinho onde parte da população ocupada de Ladário trabalham com destaque para o comércio e a atividade de extração e beneficiamento de minério (IBGE, 2018).

Já a relação entre famílias que pegam o benefício, elas representam um total de 20,53% em relação a proporção total de famílias que moram em Ladário-MS. Esse valor



é bem maior quando comparamos com a média do estado que chega a 19,6%, o que mostra a importância dessa política de transferência de renda dentro desse município como forma de reduzir desigualdades além de garantir que essas famílias assumam compromisso com as áreas de saúde e educação.

Esses condicionantes para se ter acesso ao Programa Bolsa Família acabam por ter influência no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), pois com a execução das condicionalidades por parte dos beneficiários, ocorrem a melhoria em índices como educação, longevidade e até mesmo a renda, pois para algumas famílias, o benefício do Bolsa Família, é principal renda por falta de um emprego ou outra forma de se adquirir outros rendimentos (Figura 3).

Figura 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Município de Ladário-MS

Ano	Ranking Estadual	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1991	8°	0,503	0,551	0,712	0,324
2000	9°	0,605	0,648	0,771	0,443
2010	21°	0,704	0,687	0,822	0,618

Fonte: PNUD Brasil, 2010.

Quando analisamos a figura 3 observou-se que em 1991 o município de Ladário apresentava um índice IDHM baixo, porém no decorrer da década todos os índices que compõe esse índice têm uma melhora expressiva. Apesar de no ranking estadual Ladário saiu ter caído da posição 8° para a posição 21°. Observou-se melhorias em todos os índices, com destaque para o item educação, que passou de 0,324 em 1991 para 0,618 em 2010. Outros índices como saúde e longevidade também mostraram melhores quando comparamos com seus índices anteriores.

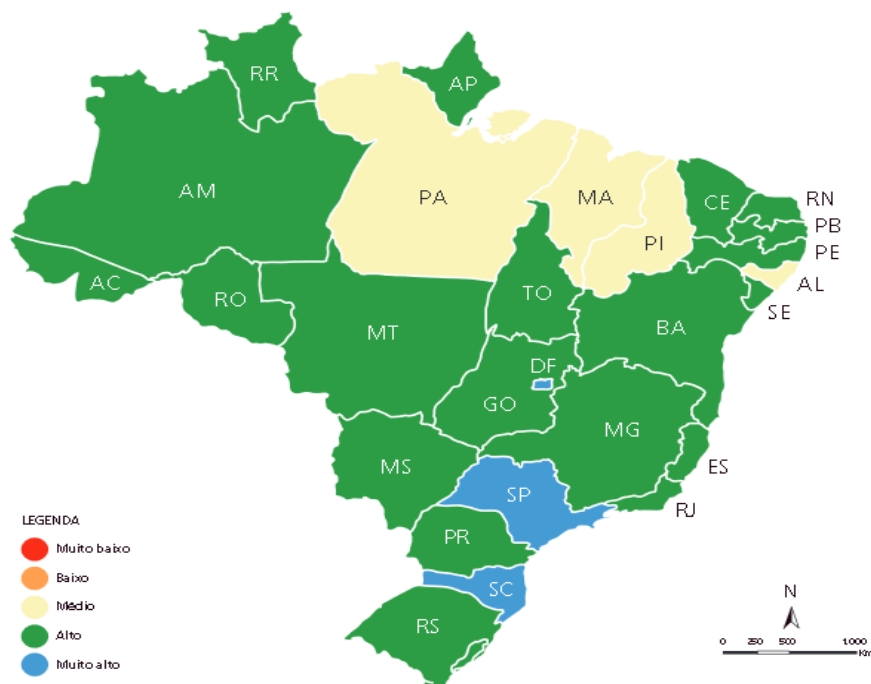
2 DETERMINANTES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM LADÁRIO



2.1 Considerações sobre Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Para a realização de seus cálculos, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considera fatores como uma vida longa, acesso ao conhecimento e o padrão de vida de uma população, medindo assim, o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. De forma resumida, a renda é medida pela Renda Nacional Bruta per capita, a saúde pela expectativa de vida, e a educação, pela média de anos de educação de adultos e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar.

Figura 4 – Mapa do Desenvolvimento Humano Nacional



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2017.

O programa de distribuição de renda Bolsa Família, representa uma forma de melhoria desses fatores que compõe o IDHM, pois são condicionantes para as famílias que recebem esse benefício. Quando se analisa a educação observa-se o acompanhamento no acesso, permanência e aprendizagem, na tentativa de se promover o desenvolvimento da capacidade intelectual dos alunos garantido oportunidade de permanência na vivência escolar.



Outro condicionante, a saúde, torna-se obrigatório o acompanhamento do cartão de vacina, além do desenvolvimento nutricional de crianças menores de sete anos de idade, garantido uma melhor qualidade de vida para criança e a família que recebe esse benefício.

Quando analisamos a saúde observamos como ocorre o acompanhamento das gestantes, além da abertura do cartão de vacina e se as crianças de 0 até 6 anos de idade estão com suas vacinas em dia. Outro elemento acompanhado é a pesagem para se garantir se aspectos nutricionais estão sendo contemplados por essa família, e se não o que podem ser feitos para uma melhoria desses aspectos nutricionais.

Outro aspecto analisado dentro do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é a longevidade, que é medido através a partir dos padrões de mortalidade da população do município e o número médio de vida, em anos, de uma pessoa. A dimensão educação mede percentualmente quantas pessoas com mais de dezoito anos possuem o ensino superior completo e a média aritmética do percentual de pessoas que estão frequentando a escola. A importância do PBF está em garantir que as famílias que recebem esse benefício frequentem a aula de maneira assídua.

2.2 Caracterização do Programa Bolsa Família em Ladário-MS

O programa Bolsa Família transfere de forma direta renda para famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Para ter acesso a tal política pública a família deve manter seu cadastro atualizado além de estar dentro da renda permitida que vai de até R\$ 85,00 ou renda mensal por pessoa de R\$ 85,01 a R\$178,00 esses valores são referentes ao ano de 2019, porém dependem das questões sociais e dos índices econômicos. desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição ou apresentem situação de miserabilidade aguda.

Em Ladário existem, de acordo com dados do governo federal, um total de 1.294 famílias beneficiárias do Bolsa Família até o mês de setembro de 2019. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 20,53% da população total do município, e inclui 280 famílias que, sem o programa, estariam em condição de miserabilidade extrema.

No mês de setembro de 2019 foram transferidos R\$ 244.493,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 188,94 por família. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), fundação pública



federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78. Quando comparamos essa projeção entre Bolsa Família e PIB do município de Ladário, observamos a importância econômica desse programa de transferência de renda.

A cobertura do programa é de 94% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). Essa cobertura tem se acentuado desde o período de 2009, onde houve aumento na cobertura das famílias que recebem esse benefício acompanhados até setembro de 2019 (figura 5).

Figura 5 – Evolução do benefício das famílias que recebem o Bolsa Família



Fonte: IBGE, 2019.

Quando comparamos os últimos doze meses observamos uma tendência de queda, no valor direcionado ao município por meio do PBF, tanto em relação ao número de famílias que estão recebendo tal benefício como a novos beneficiários que estão sendo incluídos nesse programa (figura 6).



Figura 6 – Valores repassados aos beneficiários do PBF nos últimos 12 meses.

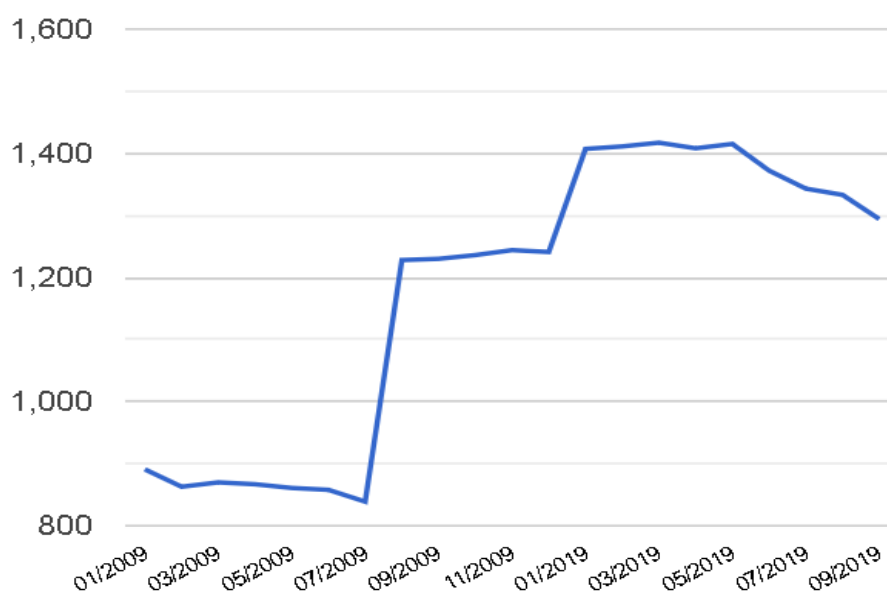
Mês	Qtd famílias	Valor
setembro de 2019	1.294	R\$ 244.493,00
agosto de 2019	1.333	R\$ 251.270,00
julho de 2019	1.343	R\$ 251.956,00
junho de 2019	1.372	R\$ 252.512,00
maio de 2019	1.415	R\$ 261.458,00
abril de 2019	1.408	R\$ 257.158,00
março de 2019	1.417	R\$ 258.163,00
fevereiro de 2019	1.411	R\$ 259.342,00
janeiro de 2019	1.407	R\$ 257.365,00
dezembro de 2018	1.486	R\$ 270.714,00
novembro de 2018	1.497	R\$ 276.740,00
outubro de 2018	1.479	R\$ 274.970,00

Fonte: Cadastro Único, 2019.

A família ao entrar no programa BF fica sob a responsabilidade do poder público municipal garantir o acesso dessas crianças e adolescentes a saúde e educação com isso se executando as exigências impostas pelo programa. Essas condicionalidades também alcançam as gestantes que precisam fazer o pré-natal tendo acompanhamento contínuo por parte dos gestores municipais. Além do acompanhamento de frequência escolar, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês, caso haja descumprimento se torna necessária por parte da família justificar a ausência na escola ou as vacinas programadas, caso contrário poderão ter o seu benefício suspenso, como na figura 7.



Figura 7 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF em Ladário-MS



Fonte: SENARC, 2019.

2.1.1 Educação

No município de Ladário existem 2.067 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação precisavam ter a frequência escolar acompanhada no terceiro período pelos gestores municipais. Desse total, foram acompanhadas 1.996 crianças, uma cobertura de acompanhamento de 96,57%. Com isso a média municipal se apresenta superior à que encontramos na média nacional que é de 91,18% de acompanhamento na educação (Brasil, 2019).

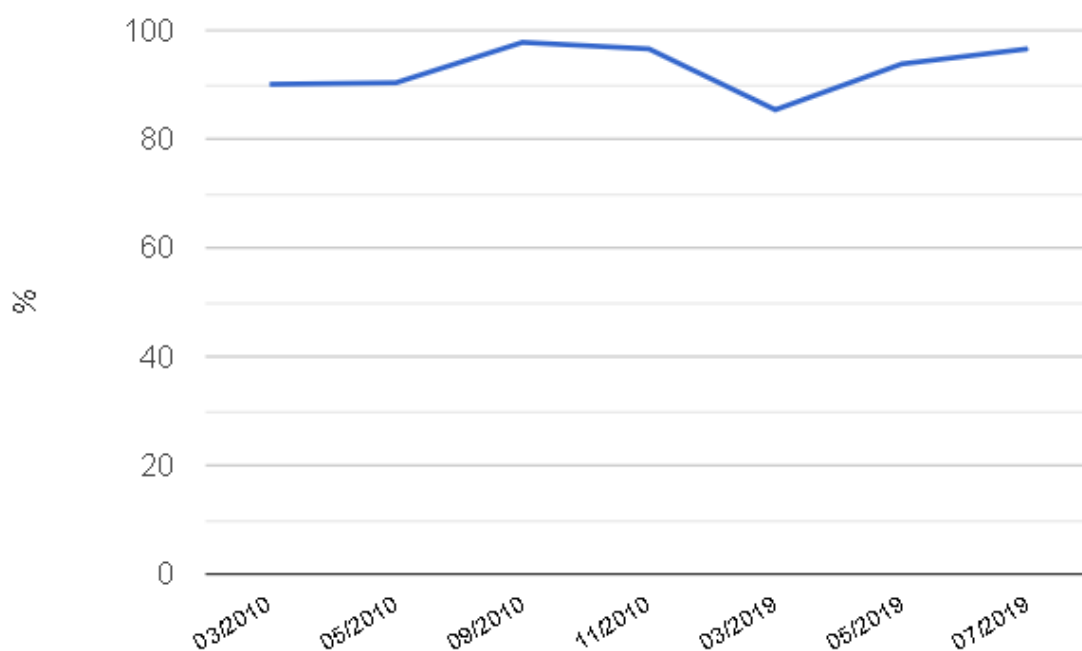
No entanto, é fundamental que a Gestão Municipal do PBF continue procurando identificar os beneficiários que estejam sem informação ou com informação desatualizada sobre a escola em que estudam (“não localizados”). Ademais cabe aos gestores locais combaterem a evasão escolar, realizando ações de orientações junto às famílias, explicando a importância da frequência escola e para que informem nas escolas que suas crianças e jovens são beneficiários do PBF e para que atualizem o Cadastro Único quando houver mudança de escola, ou ainda realizando a buscas junto com outros órgãos como o Conselho Tutelar, para a busca dos beneficiários que estejam fora do ambiente escolar.

Também é importante buscar através de visitas *in locu*, identificar e registrar adequadamente os motivos que levam os alunos com baixa frequência ou mesmo evasão



a descumprirem a condicionalidade, para que o poder público possa atuar no sentido de auxiliar a família a superar possíveis vulnerabilidades e identificar demandas sociais no município de Ladário.

Figura 8 – Acompanhamento das condicionalidades da educação de 6 – 17 anos



Fonte: SENARC, 2019.

Conforme figura acima observamos porcentagem significativa em relação ao acompanhamento da Educação, levando a considerar um benefício educacional para a rede escolar de Ladário, e com isso, elevando assim o nosso Índice de Gestão Descentralizado - IGD – PBF que equaliza as condicionalidades da Saúde e da Educação.

2.1.2 Saúde

Na área da Saúde, 3.173 pessoas que recebem esse benefício foram acompanhadas no primeiro semestre de 2019. O público composto para acompanhamento das condicionalidades de saúde são crianças menores de 7 anos e/ou mulheres gestantes. Os gestores do município conseguiram acompanhar 1.731 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 54,55%, ficando abaixo da média estadual que está em 77,79%, segundo dados do Cadastro Único (2019). Quando comparamos com a média nacional de acompanhamento na saúde que é de 76,09% fica



evidente a necessidade de melhoria na articulação, monitoramento e fiscalização dessas condicionantes e seu cumprimento por parte do município.

Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde baixo. É fundamental que o gestor municipal do PBF se articule com o coordenador municipal do PBF da Saúde, que é o responsável técnico pelo monitoramento desse acompanhamento na Secretaria Municipal de Saúde. Devem ser realizadas ações de orientações às famílias para que informem quem são beneficiárias do PBF quando forem atendidas na rede de saúde, ou mesmo que o profissional que atenda seja capaz de identificá-la e posteriormente direcionar essa informação para os gestores do PBF. Com isso atualizar o Cadastro Único quando as condicionalidades forem cumpridas ou quando houver mudança de endereço. Planejar ações periódicas de busca ativa de famílias não acompanhadas pela saúde e entender o que ocasiona a atualização de suas informações junto ao sistema de saúde local.

Também é importante se organizar para registrar mensalmente as informações sobre as gestantes identificadas, as quais são elegíveis ao Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG⁴). As informações de descumprimento das condicionalidades de saúde e de situação nutricional devem servir de base para a articulação intersetorial entre educação, assistência social e saúde, para que atuem de forma integrada na superação de eventuais vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias e na identificação de demandas sociais no território.

Diante as informações sobre a condicionalidade referente à saúde vimos um número baixo de acompanhamento, pois diante das informações de dados apresentados pelo Ministério da Saúde de cobertura vacinal deparamos com 94% referente ao público alvo de crianças (0 a 06 anos), gestantes e pessoas idosas (acima de 60 anos). Com isso constatamos a problemática da identificação desse público em estar sendo vacinado, porém não sendo identificado como público do programa bolsa família. Lembrando que quando falamos de cobertura vacinal de crianças e gestantes consideramos a contribuição para dar acesso a saúde e a melhoria da condição de vida.

⁴ Benefício que tem como principal objetivo aumentar a proteção à mãe e ao bebê durante a gestação, elevando a renda familiar e promovendo maior atenção a uma fase essencial para o desenvolvimento da criança



2.1.3 Longevidade

De acordo com IPEA (2019), a promoção dos direitos humanos se dá na necessidade de se prover um ambiente saudável, com acesso a tratamentos de saúde de qualidade, evitando a exposição a doenças. Quando se analisa o IDHM de um município se busca identificar a expectativa de vida ao nascer e o nível de mortalidade e os riscos de morte que podem atingir a população de um município.

Para o IPEA (2019) o aumento no IDHM Longevidade pode sugerir uma melhoria das condições de vida e de acesso a serviços de saúde da população. Quando analisamos o IDHM do Brasil, percebe-se uma melhoria passando de 0,662 no ano de 1991, para 0,816 no ano de 2010. Quando analisamos o município de Ladário no ranking nacional, ele ocupa a posição 2064^o, e dentro do estado do Mato Grosso do Sul ocupa a posição 21^o.

Assim como no Brasil houve melhorias no índice de longevidade no município de Ladário, no ano de 1991 era de 0,712, ocorrendo avanços até chegar no ano de 2010 a 0,882, como mostrado na figura 10.

Figura 10 – IDHM municipal de longevidade.

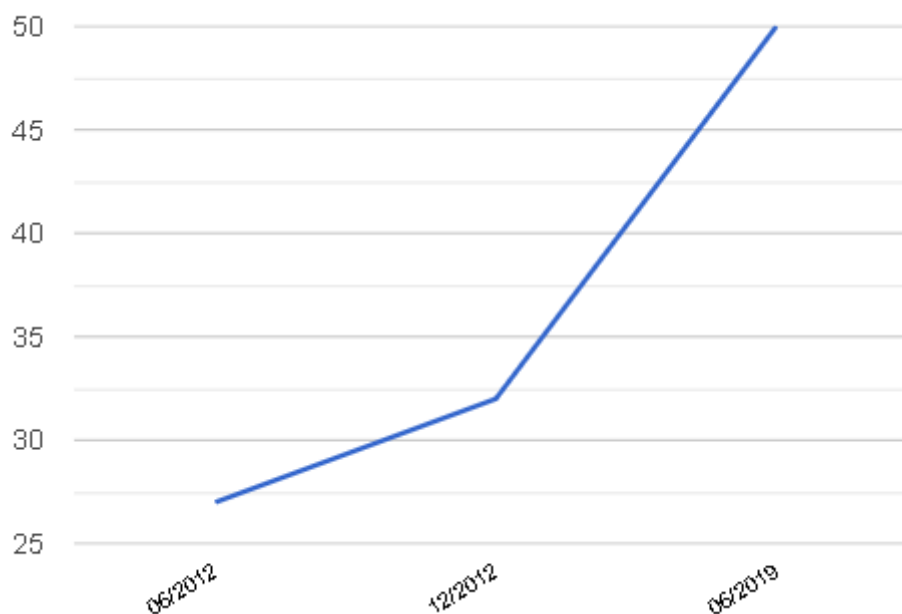
Ano	Índice de Longevidade
2010	0,822
2000	0,771
1991	0,712

Fonte: PNUD, Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.

Verifica-se então a longevidade como forma de contribuição na melhoria da qualidade de vida. De acordo com Nash (2007), o desenvolvimento morfológico do sistema nervoso inicia-se já nas primeiras semanas do período embrionário. A partir desse momento, diferentes modificações vão se dando até o nascimento. Tais modificações, vão organizando as estruturas e redes neuronais tanto do ponto de vista macroscópico como microscópico, atividade fundamental para preparar o cérebro para as exigências funcionais que vão se instalar em seu processo de maturação. Como apresentado na figura 10 torna-se importante o acompanhamento das gestantes pela saúde que incidem diretamente na expectativa de vida e desenvolvimento cognitivo da criança na formação.



Figura 10 – Quantidade de gestantes acompanhadas pela saúde



Fonte: SENARC, 2019.

Para Mustard (2007) a primeira infância – 0 até 6 anos de idade – é uma etapa crucial porque é nela que, não apenas se consolida o crescimento do cérebro, mas acontece o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais para o aprimoramento das habilidades futuras. Porém segundo Nash (2007) toda essa potencialidade que a criança traz sofrerá impacto negativo relevante se não estiver mediada pela interação com o adulto cuidador; com interações positivas, mediadas pelo afeto e vínculos saudáveis.

A partir da garantia dessas interações, os circuitos neuronais irão estabelecer, gradualmente, suas aquisições cognitivas, emocionais, sociais, entre outras (MUSTARD, 2007). Nesse contexto vimos à importância do acompanhamento no quesito condicionalidades haja visto que dentro de uma lógica de melhoria e qualidade de vida sua funcionalidade só terá êxito com a efetividades dos mesmos. Com isso através da vacinação e acompanhamento das gestantes no sentido da prevenção ocorreram melhorias na taxa de mortalidade infantil como demonstram a figura 11.



Figura 11 – Taxa de mortalidade infantil em Ladário.

ANO	LADÁRIO - MS
2011	01
2009	01
2007	02
2006	03

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS, 2011

Os cuidados na proteção a mulher é uma estratégia do Programa Bolsa Família em sua condicionalidade, principalmente no que tange ao começo de sua adolescência até a sua fase adulta, O preventivo, conhecido também como exame Papanicolau, é um teste realizado em mulheres que já iniciaram a vida sexual e tem objetivo de detectar os primeiros sinais de desenvolvimento de câncer de colo de útero ou demais doenças sexualmente transmissíveis que acometem os órgãos genitais feminino, prevenindo a evolução ou complicações. Com isso torna-se importante na garantia de acompanhamento e tratamentos de saúde, evitando assim a exposição a doenças.

Nesse contexto observamos a importância do Programa Bolsa Família na melhoria da condição de vida ao permitir acesso as políticas públicas em saúde, acompanhamento de gestantes e baixo índice de mortalidade com isso melhorando a longevidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Políticas públicas de transferência de renda são instrumentos de redução das desigualdades sociais com ênfase nas condicionalidades que busca através de seus indicadores próprios os resultados efetivos na construção e na potencialização do grupo familiar. Neste trabalho ao analisarmos os resultados do PROGRAMA BOLSA FAMILIA, chegamos a 20% das famílias que diretamente recebem e usufruem dessa transferência de renda na busca por melhoria em seus núcleos familiares, com isso em um universo de 20.0000 habitantes de Ladário temos 20% de famílias sendo beneficiadas, com uma média de 3.882 pessoas que indiretamente estão contempladas com as políticas públicas locais.



O Programa Bolsa Família nesse contexto insere-se diretamente em alguns indicadores locais no que tange a longevidade, qualidade de vida, economia, saúde e educação. Nesse viés analisamos os impactos na saúde com desafios na intersectorialidade, na Educação com ênfase nas evasões escolares e na longevidade a manutenção dos serviços interligados com o programa.

Com isso o IDHM de Ladário é impactado pelo Programa Bolsa Família. Ele também busca analisar e contribuir com as políticas públicas locais e assim resultar em serviços, programas e projetos com eficiência e melhoria da qualidade de vida dos usuários ladarenses. Nesse viés deixamos aqui as indagações e implicações da importância do PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA nos dados do IDHM para a construções de políticas públicas para o futuro.

REFERÊNCIAS

Atlas de Desenvolvimento Humano 2013, acessado em <http://atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em junho de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em maio de 2019.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003.

CADERNO DE TRABALHOS E DEBATES. Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância. **Centro de Estudos e Debates Estratégicos**, Brasília, 2016.

Fujimoto, G. El derecho del niño al juego, las artes, las actividades recreativas. **Revista Latino Americana de Educação Infantil**, RELAdEI, España, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2010, acessado em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em junho de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Projeções demográficas 2018, acessado em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em junho de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estatística de Registro Civil, acessado em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em junho de 2019.

Isabela D’Loan Silva Leão,¹ Tito Belchior Silva Moreira² e George Cunha. Impactos do Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade no Nordeste. **Revista Eletrônica de**



Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro. Brasília, número 20, Janeiro-Junho de 2016, pp. 120-147.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, nº 42, p. 113-122, fev. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – Disponível em: <www.mds.gov.br> Acessado em julho de 2019.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Acesso em <http://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/>. Acessado em julho de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE- Disponível em:< <http://datasus.saude.gov.br/> >Acessado em Setembro de 2019.

Mustard , F. **Experience-based brain development. The scientific underpinnings of the importance of Early Child Development in a Globalized World.** Washington: Brookings Institution Canada, USA, 2006. Traducción al español en la OEA: Desenvolvimento del Cerebro Basado en la Experiencia temprana, efecto en la salud, el aprendizaje y la conducta, 2007.

Nash , J. M. Reportaje especial publicado en la revista TIME. **Cómo se desarrolla el cerebro de un Criança.** Traducido em OEA por Jorge Garcia, Washington DC, Estados Unidos, 2007.

Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE- **IPEA**, volume 46 | número 1 | abril 2016

SILVA, M. O. da S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p.1429-1439, 2007.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência de renda de outros países. **IPC Evaluation Note**, Brasília, v. 1, nº 1, p. 2-12, dezembro. 2007.

SOUZA, P. H. G. F. de; Osorio, R. G.; PAIVA L. H. ; SOARES, Sergei. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **TEXTO PARA DISCUSSÃO. IPEA 2019** - Rio de Janeiro, agosto de 2019

Agradecimentos

Os autores agradecem a Fundect (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul) pela Bolsa de Estudos no nível de Doutorado.